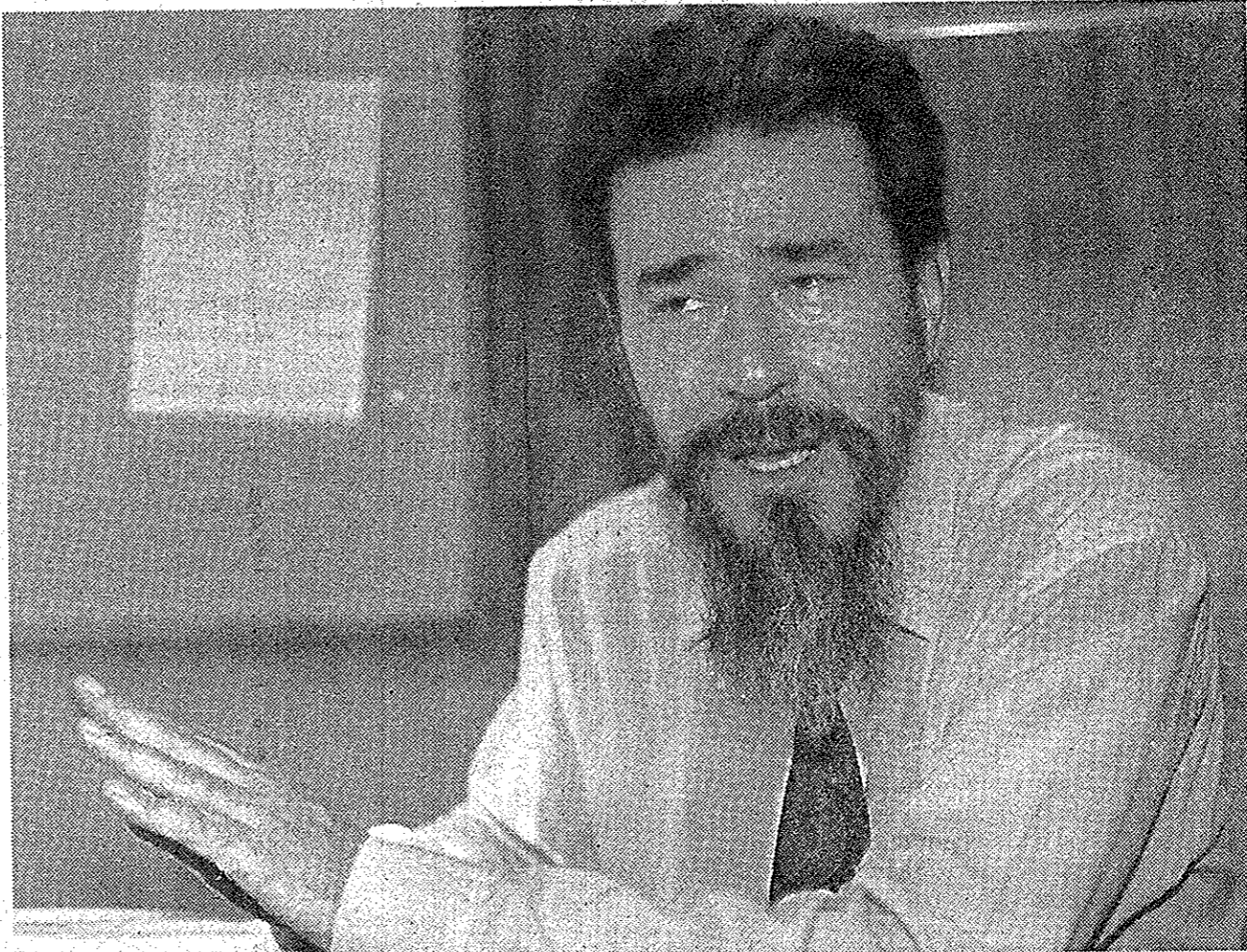


Contra tudo e contra todos

O deputado Gilney Viana (PT-MT), relator da comissão da Câmara que investiga a ação das madeiras asiáticas na Amazônia, comprou briga com as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e dentro do seu partido ao apontar a reforma agrária e as invasões dos sem-terra como causas de devastação da região. A direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegou a enviar carta ao presidente do PT, José Dirceu, pedindo a exclusão da parte referente à reforma agrária do relatório. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, em Brasília, o deputado, ex-militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) durante o regime militar fez críticas à postura "stalinista" de setores da esquerda que, segundo ele, não querem discutir publicamente erros e equívocos. Gilney, que esteve preso entre 1970 e 1979 por

suas atividades políticas, afirma que não aceita ser "patrulhado" por ninguém, mesmo admitindo que sua posição já está refletindo negativamente para o MST no exterior. O relatório do deputado não foi ainda votado na comissão, mas Viana adianta que não abre mão de incluir nele o impacto ambiental da reforma agrária. Ele acusa o PT de ter se desviado da questão ambiental após a morte do seringueiro e ambientalista Chico Mendes, em 1988. "A demanda social atropelou a preocupação com o meio ambiente, tanto no PT, como nos movimentos sociais", afirma o deputado. Outra crítica de Viana se dirige ao governo, mostrando que a reforma agrária, até agora, esteve voltada para a Amazônia, e que o governo está reproduzindo na região os mesmos erros dos projetos de colonização implantados pelo regime militar.

Brasília - Jamil Bittar



AMAZÔNIA
"Verifiquei que a reforma agrária no Brasil é a reforma agrária na Amazônia."

ELIANA LUCENA

- Porque tanta polêmica em torno do seu relatório sobre as madeiras?

- Na verdade, o relatório só não foi aprovado em dezembro porque parlamentares mais conservadores que estão na comissão pediram vista. Se fosse aprovado, a polêmica seria a posteriori. Um dos itens do relatório, em que eu falava dos reflexos da reforma agrária na devastação da Amazônia, acabou gerando discussões dentro do PT e junto a entidades ligadas à questão agrária. A questão começou então a repercutir no exterior, principalmente na Europa.

- Como o Movimento dos Sem Terra reagiu às suas conclusões?

- O João Pedro Stédile, um dos coordenadores do MST, enviou uma carta ao presidente do PT, José Dirceu. Nessa carta, do dia 8 de janeiro, Stédile contestava os dados e as conclusões do relatório e pedia para que ele não fosse dado a público antes de uma consulta ao núcleo agrário do PT e entidades ligadas aos problemas da Amazônia.

- E qual foi a posição do PT?

- Eu respondi logo ao presidente do PT que o relatório era público e decidimos promover uma reunião do núcleo agrário do PT. Nessa reunião, os integrantes do núcleo também criticaram as minhas conclusões.

- Quais são as principais críticas ao seu relatório?

- Primeiro, as ONGs e o núcleo agrário do PT afirmam que os dados estão muito exagerados, o que eu não aceito porque são dados do Incra. Coloquei dois dados no relatório e, basicamente, só um interessa sob o ponto de vista ambiental: qual é a área destinada à colonização e assentamento na Amazônia e qual é a proporção desses projetos em relação aos que estão sendo feitos nas demais regiões do país.

- A partir daí a que conclusão o sr. chegou?

- Verifiquei que a reforma agrária no Brasil é reforma agrária na Amazônia. Sobre estes dados eu não aceito contestação, a não ser que os dados do Incra sejam falsificados. Estes dados mostram que 98,8% dos projetos de colonização e assentamento estão na Amazônia.

- As críticas são de que o sr. estaria confundindo os efeitos da colonização do passado com a reforma agrária.

- Eu tenho clareza há muitos anos e não preciso do MST, Contag ou Abra para me ensinar o que é colonização e reforma agrária. Mesmo porque moro há quase 20 anos no Mato Grosso, onde há projetos de colonização e de reforma agrária e ambos, se for levado em conta o fato ambiental, devastam o meio ambiente.

- Esta diferenciação está clara no seu relatório?

- Na análise do problema eu fiz esta diferenciação, mas ao redigir o relatório a desconsidere, porque estava me baseando no aspecto ambiental. Do ponto de vista político, é diferente e eu estou disposto a clarear a dúvida. Agora se apegar a isso para rebater as minhas conclusões é tão ilegítimo quanto achar que eu me equivoco politicamente confundindo colonização com assentamento.

- O sr. acha que o governo faz hoje colonização ou reforma agrária na Amazônia?

- Os projetos que o governo está tocando desde 1985, incluindo os assentamentos do governo Fernando Henrique, na minha opinião, tem uma similitude muito grande com os projetos de colonização feitos durante o regime militar.

- O próprio ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, considerou os seus dados sobre desmatamentos na Amazônia superdimensionados. Como o sr. explica os números a que chegou?

- Todo assentamento, toda propriedade, pequena, média ou grande, tem autorização para desmatar 50% da área. O que fiz foi somar o que já foi efetivamente desmatado com o que ainda poderá ser legalmente desflorestado, o que chega a 30 milhões de hectares. Ocorre que vários projetos de colonização já se transformaram em cidades. Vários deles não respeitaram os 50% de florestas. Quanto aos projetos de assentamento, alguns têm 10 anos e foram totalmente preenchidos por colonos, enquanto outros ainda estão em fase de implantação.

- Que outras divergências estão causando polêmica?

- Outro conceito que eu faço e que eles não aceitam se refere à segmentação da floresta, dividir a floresta em lotes. Isto significa cortar a dinâmica da biodiversidade local e expor a floresta através de quadradinhos de xadrez à exploração predatória das faixas que estão abertas. Este é o caminho da destruição da floresta. No relatório não trabalhei apenas com o conceito de desflorestamento, mas de segmentação da floresta, seja pelos desmatamentos ou pelos incêndios.

- Porque o debate não avançou até agora?

- A esquerda gosta de tratar as suas críticas de forma privada, mas como se trata de uma questão de magnitude pública isso não

teria cabimento. Um segundo aspecto é o mito de que o pequeno é sempre bom, que ele não devasta, não depreda e não agride o meio ambiente. Isto não é verdadeiro e eu estou atacando o mito.

- Quando o sr. fala que o pequeno também devasta, o sr. inclui os índios?

- Sem dúvida. Temos uma tradição na esquerda, que vem do stalinismo, de que você serve ao inimigo quando você faz a crítica a algumas lutas nossas. Este é um equívoco que a esquerda moderna e o PT não aceitam. Não dá para dizer: todo indígena tem uma integração natural com a natureza que não é predatória. A sociedade nacional impôs mudanças comportamentais, e a necessidade de sobrevivência está obrigando muitos grupos a venderem madeira e explorarem minérios em suas terras.

- Ao apontar a devastação causada pelos pequenos, o sr. não estaria desviando a atenção das agressões cometidas pelos grandes empresários, e principalmente pelas madeiras?

- As pessoas que discordam do meu relatório argumentam isso, mas há uma divergência política. Não acho que criticando a questão ambiental na reforma agrária estou atingindo as organizações que lutam para que ela ocorra no país. No primeiro dia de reunião da comissão, fizemos um acordo de que não poderíamos abordar a questão das madeiras sem examinar o contexto social e ambiental em que elas estão atuando. O relatório tem 132 páginas. Se eu dediquei dez à reforma agrária foi muito.

- A polêmica não poderá comprometer o apoio de entidades internacionais à reforma agrária?

- Sem dúvida. Porque o MST e a Contag ficaram preocupados? É porque os grandes apoiadores no exterior passaram a questionar: se estamos apoiando vocês, e este tipo de reforma agrária tem impactos ambientais dessa magnitude, então o que existe de errado? Eu não considero ruim o fato deles questionarem, porque trata-se de uma contradição real.

- Que tipo de reforma agrária o sr. defende?

- Uma reforma agrária com critérios ambientais. Também não concordo em identificar a reforma com determinada pessoa ou organização. Trata-se de uma luta social. Como diz o lema do MST: "A bandeira da reforma agrária é de todos".

- O sr. acha que num ano eleitoral o governo poderá explorar essas divergências contra os sem-terra e a campanha do PT?

- Não acredito, porque o governo tem condições de fazer um discurso em relação a quaisquer dúvidas, quaisquer palavras nossas. Se não for nessa questão, será em outra. Se deixarmos de fazer as coisas que são corretas em função do que o governo e nossos adversários políticos poderão utilizar eleito-

ralmente, estaremos nos rebaixando. Cairemos numa armadilha que o próprio governo está aprontando.

- Que tipo de pressão o sr. está enfrentando?

- O Movimento pela Reforma Agrária e Justiça no Campo apresentou uma sugestão que considero inaceitável. Queriam que eu suprimisse o capítulo da reforma agrária do meu relatório. Isso aconteceu no dia 9 de março. No dia seguinte a comissão se reuniu e eu levei o assunto para debate. A comissão decidiu que não iria aceitar preliminarmente a posição da ONG e decidimos então convidar as entidades para apresentarem suas posições numa audiência pública.

- O sr. tem sofrido algum tipo de constrangimento dentro do PT por suas posições?

- Como existem muitos integrantes do PT nas organizações sociais e vice-versa, mesmo antes do assunto vir a público nós já tínhamos uma polêmica interna. A direção do PT pediu esclarecimento e eu debati o assunto com o núcleo agrário do partido, que é contra o relatório. Já as ONGs preferiram não participar dos debates na comissão optando pelo caminho partidário. Dirigiram carta ao presidente do partido para me convencer a mudar o relatório.

- E como o partido está reagindo?

- O PT não embarcou nessa posição, e por sugestão do ex-deputado Aloísio Mercadante se constituiu uma comissão para discutir o assunto. Na verdade, nos últimos anos, o PT deu um passo atrás na questão ambiental. Na época do Chico Mendes, a luta pela reforma agrária avançou, e o PT que tinha concepções de reforma agrária na Amazônia com sustentabilidade, como apoiar a criação de reservas extrativistas.

- O que mudou nos últimos anos?

- Hoje, estamos defendendo assentamentos dos sem terra sem nenhuma exigência de proteção ao meio ambiente. A questão social acabou atropelando o aspecto ambiental que ficou meio encolhido dentro do PT e dos movimentos sociais ligados à questão agrária. O PT abandonou um tema que era muito importante, e com este debate estou tentando recuperá-lo.

- Dentro do PT o sr. conta com o apoio de parlamentares à sua posição?

- A deputada Marina Silva (Acre) foi a primeira a vir aqui para se solidarizar comigo, quando as críticas começaram. Ela sempre diz que se temos alguma diferença não é de concepção geral sobre o tipo de reforma agrária que deve ser feita na Amazônia. Tive também outras manifestações de apoio dentro da bancada, e aqui na Câmara de parlamentares de deputados de esquerda e da direita.

- O sr. não teme ser taxado de ingênuo e acabar sendo usado pelos grupos contrários à reforma agrária?

- Não tenho essa preocupação. Sei para onde estou me dirigindo e considero esta

postura melhor para os próprios sem terra. A posição oficial do MST é semelhante à que eu estou defendendo. Ocorre que o movimento está correndo contra o tempo em função da demanda social por terra que foi legitimamente despertada. Com isso, está deixando de lado o componente ambiental.

- O sr. chegou a debater o assunto com o MST?

- Estivemos discutindo durante um debate que a deputada Marina Silva organizou através do núcleo agrário do PT. Não foi um bom debate com os agraristas, em geral, e com o MST, em particular. O MST não cedeu em sua tese defendendo que a questão não deveria estar incluída no relatório sobre madeiras.

- Qual será o desdobramento dessa polêmica?

- Acredito que a posição dos movimentos sociais e dos agraristas do PT tende a mudar. Eles sabem que a opinião pública nacional e internacional não aceita que qualquer entidade não-governamental ou o governo contribuam com programas que devastem a Amazônia.

- O sr. vê algum tipo de patrulhamento no PT e nas ONGs contra o sr.?

- Desconhecer o que está acontecendo na Amazônia é um tipo de comportamento que eu não aceito. Por isso não aceito patrulhamento do PT, do MST da Contag, de Cimi, porque o que estou defendendo são princípios que nortearam a eles e a nós.

- Quem é o principal culpado pela devastação da Amazônia?

- O governo é o principal culpado. No caso dos índios, ele quase que exclusivamente é o único culpado, devido ao diferencial cultural. É como se a gente culpasse os Ianomâmis pelos incêndios em Roraima. Estas pessoas estão lá há gerações e nunca havia ocorrido um incêndio grave. Também culpar os índios caiapós de venderem madeira não é justo. Os primeiros contratos firmados com as madeiras foram aprovados pela Funai.

- E a situação dos sem terra?

- O governo jogou colonos em projetos na região sem dar qualquer apoio. A exploração predatória passou a ser a única opção de sobrevivência. Tenho recebido denúncias de várias pessoas contra colonos e acampados sobre a venda madeira e invasões de áreas de proteção ambiental. As denúncias chegam de gente do PT e até mesmo da direita. Eu ouço a todos, mas não quero me transformar em Procon ambiental.

- O que pode ser feito?

- A própria legislação que passou a vigorar recentemente não contribuiu para diminuir o impacto das devastações pelos pequenos, porque exige que 80% das florestas em grandes propriedade sejam preservadas e 50% para os pequenos. É preciso reforçar a educação ambiental junto aos sem terra e o governo, por sua vez, redirecionar o programa de reforma agrária para outras regiões.

AUTO-SUFICIÊNCIA
"Não preciso do MST, Contag ou Abra para me ensinar o que é colonização e reforma agrária."

O MITO

"O mito de que o pequeno não devasta não é verdadeiro e eu estou atacando o mito."

ELEIÇÃO

"Se deixarmos de fazer as coisas em função do que poderá ser utilizado eleitoralmente, estaremos nos rebaixando."

SOCIAL

"A questão social atropelou o aspecto ambiental."

PT

"Nos últimos anos, o PT deu um passo atrás na questão ambiental."